



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Volume 20, janeiro a junho de 2008

EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA: UMA RELAÇÃO SENDO CONSTRUÍDA

Sandra Lúcia da Cunha e Silva¹
Nilda Fernandes de Oliveira Lima²
Márcia Barboza Mendes Teixeira³
Gleiton Cezar Batista Oliveira⁴
Thiara Cardoso Silveira⁵

RESUMO

Diante da crise socioambiental que vive a sociedade contemporânea, urge buscarmos estabelecer uma relação de equilíbrio com o meio em que vivemos. Contudo, para que se possa construir uma sociedade pautada em valores éticos, com vistas à implantação de um modelo de desenvolvimento mais igualitário do ponto de vista socioambiental, é imprescindível que se faça uma reflexão sobre o papel da educação nesse processo. Nesse contexto, o município de Itapetinga, Bahia, iniciou a sua jornada no ano de 1994. Após alguns avanços e muitos obstáculos enfrentados, percebe-se um amadurecimento da comunidade itapetinguense, especialmente os educadores e gestores, em relação à percepção de que a formação de cidadãos conscientes e atuantes, no tocante à problemática ambiental, passa pela formação do cidadão integral, na qual a discussão socioambiental obrigatoriamente está inserida, pois educar para a sustentabilidade faz parte de um processo pensado, elaborado e conduzido de uma maneira gradativa e dialógica, no qual não existe lugar para as “verdades absolutas”.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Cidadania. Educação ambiental.

¹ Doutora em Ciências, professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Campus de Itapetinga. Praça Primavera, 40, Bairro Primavera, Itapetinga, Bahia. e-mail: cunhasl@uesb.br.

² Graduada em pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Campus de Itapetinga.

³ Graduada em pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Campus de Itapetinga.

⁴ Bolsista de Iniciação Científica da FAPESB e Estagiário do Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão Socioambiental, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Campus de Itapetinga.

⁵ Bolsista de Iniciação Científica da FAPESB e Estagiária do Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão Socioambiental, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Campus de Itapetinga.

ABSTRACT

In face of the socioenvironmental crisis that the contemporaneous society lives, urges searching to establish a relation of balance where one lives. However, for having a society ruled in ethical values, with sights to introduce a more equalitarian model of development on the socioenvironmental point of view it is indispensable to make a reflection on the education role on this process. On this context the district of Itapetinga-Bahia, started its trek in the year of 1994. After some advanced progress and many obstacles a maturation of Itapetinguense community is perceived especially the educators and managers, in relation to the perception that the formation of conscientious and operating citizens regarding to the environmental problematic passes by formation of integral citizen in which the socioenvironmental discussion must be inserted, because educate for the sustainable development makes part of a thought process elaborated and conducted in a gradual and dialogical way in which does not exist place to “absolute truths”.

Keywords: Sustainable Development; Citizenship and Environmental Education.

INTRODUÇÃO

Vivenciamos, atualmente, uma crise socioambiental de proporção mundial, que afeta a todos, em diferentes aspectos e intensidade, embora muitos sequer tenham consciência da existência dela. Uma crise difícil e ao mesmo tempo assustadora.

O planeta “arde em febre”. Para alguns poucos, estamos caminhando para uma mudança climática de origem natural, para muitos, e diante de tantas evidências, somos responsáveis por ela. Como se não bastasse termos aumentado a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, contribuimos ainda mais com as queimadas e os desmatamentos, derrubamos as nossas florestas sem nenhum planejamento estratégico, desequilibramos ecossistemas que são vitais para a manutenção do equilíbrio do planeta.

Se a humanidade tem problemas em relação ao aquecimento global, está também naufragando em relação aos recursos hídricos. Se continuarmos utilizando a água, fonte de vida, “sangue” que nutre o planeta Terra, de maneira inadequada, estaremos, cada vez mais, nos aproximando do precipício.

Diante de todos os problemas de ordem ambiental, intrinsecamente relacionados ao social, parece quase impossível a construção de uma sociedade sustentável, haja vista a grande lacuna entre a teoria e a prática, entre o desenvolvimento, considerado, por muitos, como sinônimo de crescimento econômico, e a sustentabilidade.

Pensar e efetivamente concretizar um modelo de desenvolvimento menos predatório requer que compreendamos que a discussão ambiental vai além de suas dimensões puramente ecológicas. Ao se abordar a problemática ambiental é preciso trazer para a discussão todos os fatores a ela relacionados: o social, o econômico, a ética, saúde, a educação, política, entre outros.

A educação, nesse contexto, pode e deve ser usada como instrumento de transformação, na medida em que o conhecimento das interações entre os diversos fatores que compõem um ecossistema, de uma forma contextualizada, e abordando temas como ecologia interior, social e cósmica, poderá levar a construção de um comportamento socioambiental ético e integrado.

O caminho se faz caminhando, portanto esse estudo teve por objetivo convidar o leitor, especialmente os educadores do município de Itapetinga, a fazer uma reflexão individual e coletiva sobre o papel da educação na construção de novos valores, com vistas à implantação de uma sociedade mais igualitária do ponto vista socioambiental, o que não se alcança com uma educação centrada, exclusivamente, na transmissão de conhecimento. Para uma comunidade construir novos caminhos, ou até mesmo caminhar de uma forma diferente, é necessário que ela reflita, de uma maneira madura e respeitando as diferenças, sobre os seus problemas socioambientais. A partir dessa reflexão, consciente das suas potencialidades, trilhar um caminho que torne a filosofia da sustentabilidade em uma alternativa real de desenvolvimento, sem se preocupar em buscar culpados. Com o passado a comunidade deve aprender, mas é caminhando para frente, passo a passo, que construirá o seu futuro.

EDUCAR PARA TRANSFORMAR: O INÍCIO DA JORNADA

O marco inicial da discussão ambiental, especialmente no que diz respeito ao papel da educação, no município de Itapetinga, foi a implantação, no ano de 1994, do projeto de extensão intitulado “O homem e a sua participação na qualidade do meio onde vive – Tá Limpo”, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Até então não havia sido desenvolvido no município, em nível institucional, nenhum projeto de educação voltado para o meio ambiente. Como metodologia de sensibilização desse projeto foi utilizada uma peça teatral e uma oficina de papel reciclado, visando suscitar a discussão sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos e a importância socioambiental da coleta seletiva.

Embora tenha sido um marco no município, inicialmente esse programa atingiu um pequeno público, pois suas ações, a exemplo da peça teatral, limitavam-se a ocorrer em praça pública ou em ambientes fechados, e somente aconteciam quando solicitada. Um outro fator diz respeito à falta de recursos financeiros, que impedia que o programa fosse montado de uma maneira mais sistematizada junto às escolas do município, possibilitando uma maior rapidez na multiplicação das informações.

Contudo, no ano de 1996, o projeto “Tá Limpo” foi aprovado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), e suas ações anteriores, mesmo que simplórias, serviram para

despertar o interesse dos gestores públicos, culminando, no ano de 1997, com a realização de uma parceria entre a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e a Prefeitura Municipal de Itapetinga (PMI).

O financiamento, bem como a parceria firmada, possibilitou o desenvolvimento de um programa de educação ambiental, ainda voltado somente para os resíduos sólidos, nas escolas públicas e privadas do município, viabilizando a produção de um vídeo educativo intitulado “O lixo do luxo”, o qual era exibido em eventos realizados no município, com o objetivo de mostrar a comunidade o destino dado aos seus resíduos (“lixão a céu aberto”); a reestruturação da peça teatral, com o pagamento dos atores, incluindo bolsistas da UESB e membros da comunidade; e a edição de uma cartilha informativa sobre coleta seletiva de lixo.

A peça teatral já não era apenas apresentada em praça pública, mas de uma maneira sistematizada e fazendo parte de um programa maior, nas escolas. Ao todo o programa de educação ambiental atendeu, no município, 20 escolas, públicas e privadas, totalizando, aproximadamente, 3000 alunos. A partir dessas ações a comunidade itapetinguense, independentemente de faixa etária ou nível social, começou a incorporar em seu vocabulário expressões como reciclagem e coleta seletiva de lixo.

Um outro ponto a ser destacado, fruto desse programa de sensibilização, diz respeito à organização dos “catadores de lixo” em uma associação, com o nome de Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Itapetinga – ASCMARE. Para o desenvolvimento dessa ação, além do financiamento do FNMA, o projeto contou com o total apoio da Prefeitura Municipal de Itapetinga, que forneceu o espaço físico, onde ainda hoje se encontram os catadores, bem como arcaram com as despesas de luz e água, até que os mesmos alcançassem autonomia.

Embora essa associação tenha passado por diversas dificuldades financeiras, e em alguns momentos ter-se desvirtuado do seu objetivo primeiro de socialização e resgate de cidadania dos catadores, a sua existência possibilitou a esse grupo ingressar, no ano de 2005, na Rede CATABAHIA, financiada pelo programa Petrobrás Fome Zero, coordenado pelo Centro de Estudos Socioambientais (PANGEA), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fundada no ano de 1996, na cidade de Salvador, Bahia.

Atualmente, organizados na Cooperativa de Catadores de Itapetinga e Itororó (ITAIRO), de catadores de lixo são denominados, pela comunidade, de catadores de material reciclável, e de um lixão a céu aberto, hoje o município possui um aterro sanitário. Percebe-se, então, que a discussão sobre os resíduos sólidos, tanto no ensino formal como não formal, tornou-se, gradativamente, uma realidade no município de Itapetinga, fruto de uma série de

ações que tiveram como característica primeira: a participação da universidade, que, transpondo os seus muros, colocou o seu conhecimento a serviço da comunidade, em prol da transformação social; o trabalho voluntário e a parceria.

No que diz respeito ao ensino formal, o fato da campanha ter abordado um único tema e de não ter havido nenhuma outra campanha que pudesse demonstrar os diversos aspectos que permeiam a discussão ambiental, fez com que o educador, no município, se limitasse a uma discussão focada, e, na maioria das vezes, esporádica, das questões relacionadas apenas aos resíduos sólidos. Vale ressaltar que a metodologia que a campanha adotou também propiciou tal compreensão, haja vista que as ações foram centradas no aluno e não no professor, o qual participava apenas organizando os seus alunos para as diversas atividades que seriam desenvolvidas pela equipe do “Tá Limpo”, a exemplo das palestras, oficina de reciclagem de papel, vídeos e o encerramento, à noite, com a peça teatral.

Embora a visita da equipe do “Tá Limpo” à escola fosse previamente agendada e discutida com os gestores escolares, no sentido de estimular os docentes a realizarem discussões prévias com os seus alunos, na prática isso não ocorria, principalmente por falta de conhecimento dos docentes em relação à temática que seria abordada.

Como resultado, após a realização dessa campanha, 100% dos projetos que foram implantados nas escolas do município tinha como tema a reutilização e a reciclagem, e, em sua maioria, eram projetos esporádicos, que aconteciam em momentos específicos, como o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Posteriormente surgiram as primeiras iniciativas no município de projetos contínuos, através da implantação da coleta seletiva na escola. Contudo, tais ações eram conduzidas sem a participação efetiva da comunidade escolar (professores, funcionários, alunos e pais) e sem uma reflexão coletiva e mais aprofundada sobre o aspecto socioambiental e o papel pedagógico de uma coleta seletiva na escola. Na verdade esses projetos, em geral, surgiram a partir da percepção de um único docente, ou de alguns poucos docentes, e que, por ideologia, buscavam sensibilizar e envolver também os demais professores e gestores quanto à importância dessa discussão na formação dos alunos.

Pode-se perceber, claramente, nesses projetos, uma fase inicial, caracterizada por momentos de intensa empolgação, caindo, posteriormente, no esquecimento. Ficando o docente, autor da idéia, sozinho na condução do projeto. Como consequência, sobrecarregado e com um sentimento de fracasso, acabava por decretar o seu fim, antes mesmo de ter mostrado porque veio. E para os alunos que participaram desses projetos, como será ver o fim de algo que lhes diziam ser essencial para a sobrevivência da humanidade?

Provavelmente como algo sem solução, pois se a escola não conseguiu quiçá o município, o país o planeta conseguirá gerenciar de forma adequada os seus resíduos.

Por outro lado, há que se destacar, novamente, a inadequação pedagógica de uma proposta de coleta seletiva nas escolas, ou até mesmo de um projeto mais amplo de educação ambiental, sem o sentimento de pertencimento da comunidade escolar. No que se refere ao município de Itapetinga, esses projetos surgiram sem uma identidade própria, ou seja, não se tratava nem de uma ação administrativa, o que por si só já seria um grande avanço e nem de um projeto pedagógico, pensado e elaborado pelo corpo docente e pela coordenação pedagógica.

Ao se implantar uma coleta seletiva na escola, ou outro projeto de caráter socioambiental, deve-se ter em mente o papel da escola na formação integral do cidadão, e o exemplo ainda faz parte desse processo. A escola educadora, não é apenas responsável pela transmissão de conhecimento, o que pode levar, na maioria das vezes, a um “adestramento ambiental”, conforme citado por Brügger (2004), mas também por formar o cidadão.

Nesse sentido, os projetos de mobilização social, tanto no ensino formal ou não-formal, devem focar a sensibilização sem a manipulação, prezar pela decisão partilhada, pela co-responsabilidade e representatividade. Do contrário estaremos formando repetidores de palavras e não pensadores (KLIGERMAN et al, 2005). A atuação cidadã requer a formação de indivíduos autônomos, capazes de refletir sobre os seus problemas e de buscar, no meio a tantas adversidades e diferenças, caminhos comuns e éticos para resolvê-los, em prol da coletividade.

Um outro aspecto que deve se destacado nesses projetos que foram conduzidos no município, diz respeito à não realização de um trabalho interdisciplinar e a falta de conhecimento e vivência dos educadores na área ambiental, sobretudo em relação aos aspectos social, cultural, de saúde, econômico e ecológico dessa temática.

Contudo, há que se destacar que toda essa discussão gerada e projetos que foram implantados nas escolas, no município de Itapetinga, mesmo que tenham tido um tempo de vida curto, possibilitaram a comunidade, especialmente os docentes, momentos de reflexão. Esses momentos, embora acompanhados dos sentimentos de desânimo e de impotência perante a extensão dos problemas socioambientais, sem dúvida alguma propiciaram um grande aprendizado aos docentes.

GESTÃO ESCOLAR: UMA NOVA FORMA DE CAMINHAR

Um novo contexto começa a se apresentar. Uma inquietação emerge. A escola, tradicional, transmissiva, autoritária e extremamente burocrática, já não responde aos anseios da comunidade diante de tantos problemas: violência, miséria, falta de ética e de valores, desastres ecológicos, emergência e re-emergência de doenças, poluição ambiental, entre outros. Nesse sentido e com o objetivo de atuar na práxis, foi implantado, em uma escola particular do município de Itapetinga, no ano de 2005 um projeto de educação socioambiental, intitulado “Sinal Verde”, tendo como instrumentos pedagógicos a coleta seletiva e uma horta agroecológica.

O exercício da cidadania é outro ponto a ser destacado nesse projeto, o qual possibilitou e ainda vêm possibilitando aos alunos participar na resolução de problemas práticos do cotidiano escolar, como atitudes agressivas com os colegas, comportamentos inadequados, conservação da limpeza no ambiente escolar, apresentação de propostas visando a continuidade da coleta seletiva e da horta agroecológica; e reivindicações justas de seus direitos de criança.

Contudo, há que destacar a maneira lenta com que o projeto avança para os outros níveis de ensino (Fundamental II e Ensino Médio), já que se trata de uma escola de Ensino Básico. O que se observa é uma percepção desses docentes em relação às ações ou projetos educativos que são implantados na escola, como “apêndices curriculares”, desconectados com as disciplinas do currículo, uma “pausa pedagógica” segundo Mitrulis (2002), cuja função seria somente proporcionar um momento de descontração e de sociabilização. Na verdade, os docentes ainda não conceberam esses momentos como uma oportunidade de abordar o conteúdo curricular de uma forma interdisciplinar, contextualizada e prazerosa. Como consequência, para os alunos, esses momentos passam a serem considerados como um recreio fora de hora, uma “tábua de salvação” que os liberta dos “tentáculos” da sala de aula.

Tal atitude tem se desdobrado em outros conflitos, sobretudo no que diz respeito aos alunos e docentes pertencentes ao Fundamental II, que passam a considerar as ações, que estão sendo desenvolvidas na escola, como atividades de criança, e que, em alguns momentos, são chamados para atuar como coadjuvantes. Criando, assim, uma falsa idéia de que a formação socioambiental, diretamente relacionado à construção de novos valores, está somente sob a responsabilidade das séries iniciais, quando na verdade faz parte de um processo construído no cotidiano, com a participação de toda a comunidade escolar.

A elaboração desse raciocínio pelos alunos parte do seguinte princípio: Se fosse diferente, se realmente essa discussão fosse responsabilidade de todo cidadão, a escola como

um todo estaria envolvida, e os alunos poderiam vivenciar na prática um comportamento coletivo ético.

Um outro projeto de educação ambiental, pioneiro na região do Sudoeste da Bahia e, provavelmente, no estado da Bahia, também foi implantado no ano de 2005, no município de Itapetinga, sendo que numa escola pública de ensino médio. O processo de implantação desse projeto, diferente do projeto anteriormente abordado, surgiu a partir de uma ação administrativa. Esse projeto teve como base a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental Escolar – SGAE. Moreno e Pol (apud POL, 2003) ressaltam a importância de um sistema de gestão ambiental para uma instituição, possibilitando a integração de políticas, programas e práticas ambientais, em um processo de melhoria contínua da gestão. Em uma instituição de ensino, além dessas questões, possibilita ao discente vivenciar na prática a gestão adequada dos recursos naturais, atuando, também, como agente motivador para os docentes, no sentido de trazer para dentro da sala de aula a discussão socioambiental. No que diz respeito à inserção curricular da abordagem socioambiental, a escola vem avançando de maneira gradativa, havendo, ainda, muito que se fazer, sobretudo no que diz respeito à prática interdisciplinar. A questão salarial que leva o docente de Ensino Médio a ter uma jornada de trabalho sobre-humana, dificulta a adesão do professor aos projetos implantados, bem como aos momentos de reflexão que são promovidos pela escola. Outro ponto que também deve ser destacado diz respeito a não qualificação do professor na área ambiental, o que dificulta a percepção dos mesmos em relação à importância de um trabalho interdisciplinar e contextualizado na abordagem das questões socioambientais, além é claro da formação do aluno de Ensino Médio, centrada, na sua essência, na aprovação do vestibular.

Contudo, mesmo diante de todos os obstáculos que “teimam” em aparecer, percebe-se que a implantação desses dois projetos, no município, tem propiciado à comunidade escolar ampliar o seu nível de compreensão, aceitação e compartilhamento com os valores ambientais na escola e, conseqüentemente, na sociedade na qual a escola está inserida; incentivando, não somente a comunidade escolar, mas a sociedade como um todo a um comportamento ético e responsável, sobretudo no que diz respeito aos aspectos socioambientais. Esses dois projetos tornaram-se um exemplo no município. Segundo Piaget (1996) apud Menin (2002, p. 97):

Se quisermos educar para a autonomia (a adoção consciente e consentida de valores) não é possível obtê-la por coação; ou seja, se quisermos formar alunos como pessoas capazes de refletir sobre os valores que tornem a vida social mais justa e feliz para a maioria das pessoas, capazes de serem críticos

em relação aos contra-valores, então é preciso que a escola crie situações em que essas escolhas, reflexões e críticas sejam solicitadas e possíveis de serem realizadas.

Pensando na importância da qualificação docente para a efetivação da inserção curricular da abordagem ambiental, entre os anos de 2005 e 2006, a Secretaria Municipal de Educação iniciou a qualificação dos seus docentes na área ambiental. Através de uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), qualificou 94,4% dos docentes que atuam na zona rural, e com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, implantou o programa Educa Cidadão, o qual, até o momento, qualificou 76% dos diretores e 32% dos professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se um amadurecimento, gradativo, da comunidade itapetinguense, especialmente gestores e docentes no que diz respeito à importância da educação para a efetivação de um modelo de desenvolvimento mais igualitário do ponto de vista socioambiental. No ensino formal, o surgimento de uma nova concepção de projeto de educação ambiental e a percepção de que a formação de cidadãos conscientes e atuantes, no tocante à problemática ambiental, passa pela formação do cidadão integral, no qual a discussão socioambiental obrigatoriamente está inserida.

No que diz respeito aos gestores, uma percepção, ainda que embrionária, de que a escola, como um todo, deve atuar como instrumento pedagógico, aliando o seu discurso à prática. É possível construir uma sociedade sustentável, mas para tal é imprescindível que eduquemos para a sustentabilidade. Contudo, nessa jornada não existe lugar para as “verdades absolutas”. Vivemos em uma sociedade plural e, portanto, nenhuma transformação ocorrerá sem a explicitação de conflitos. Nesse aspecto, a comunidade itapetinguense ainda tem um longo caminho a percorrer, mas os primeiros passos foram dados: a sociedade, especialmente os educadores, agiu e vem agindo em prol da construção de valores que possibilite tornar a vida social mais igualitária e, conseqüentemente, mais harmônica e feliz.

REFERÊNCIAS

BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Letras Contemporâneas/ Argos Editora Universitária, 2004.

KLIGERMAN, D.C.; GOHEN, S.C.; CYNAMON, S.E.; DA SILVA, C.R. e SEABRA, L.S. A experiência do programa Universidade Aberta e suas contribuições para a transformação social. **Ciência e Saúde Coletiva**, 10 (sup), p. 195-205, 2005.

MENIN, M.S.S. Valores na escola. **Educação e Pesquisa**, v.28, n.1, p. 91-100, 2002.

MITRULIS, E. Ensaios de inovação no ensino médio. **Cadernos de Pesquisa**, n.116, p.217-244, 2002.

POL, E. A gestão ambiental, novo desafio para a psicologia do desenvolvimento sustentável. **Estudos de Psicologia**, v.8, n.2. p.235-243, 2003.